

A biblioteca de Nag Hammadi finalmente em português

Os escritos de Nag Hammadi complexificam, em muito, a discussão relativa à formação do Novo Testamento. Longe da simplicidade infantil de Dan Brown, que atribui a uma tacada de Constantino a confecção de um todo, a definição do cânon do Novo Testamento foi extremamente controversa, e vários dos escritos que ora vêm à luz conviviam em pé de igualdade, no seio das igrejas cristãs do século II, com escritos que se encontram atualmente nas Bíblias cristãs.

Pedro Lima Vasconcellos

Professor Assistente-Doutor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências da Religião: Bíblia e Doutor em Ciências Sociais, Antropologia.

Praticamente sessenta anos depois de descobertos fortuitamente numa região desértica do Egito, os chamados “escritos de Nag Hammadi” finalmente são disponibilizados ao público de fala portuguesa. Versões de um ou outro livro já circulavam (especialmente do famoso e fundamental *Evangelho segundo Tomé*), mas é agora, pela primeira vez, que se tem acesso, nessa língua, ao todo dos achados.

Curiosamente, são duas edições distintas que aparecem: em Portugal trata-se da tradução da versão espanhola (aparecida entre 1997 e 2000), em três volumes, organizada por uma equipa competente, dirigida por Antonio Piñero (a que nos referiremos nos comentários que se seguem).¹

No Brasil, a Editora Madras optou por verter do inglês a edição preparada por James Robinson e sua equipa (majoritariamente de estudiosos estadunidenses), surgida em 1977 (atualizada em 1988) e referência obrigatória nos estudos sobre Nag Hammadi.²

Nas linhas que se seguem tecemos alguns comentários sobre a importância dos escritos agora disponibilizados em português e outros sobre as duas edições desse material acima indicadas.

¹ Antonio Piñero (org.) *Textos Gnósticos: Biblioteca de Nag Hammadi*. Trotta, Madrid, 1997-2000, 3v.

² James Robinson (org.) *A Biblioteca de Nag Hammadi*. Madras, São Paulo, 2006.

Nag Hammadi e o Cristianismo dos primeiros séculos

Não é necessária a leviandade de um Dan Brown, garantindo em seu *best-seller*, *O Código da Vinci*, que nos escritos de Nag Hammadi se encontram as provas do casamento entre Jesus e Maria Madalena, para se possa dar conta do material que ora se publica em português. É, efetivamente, a história do cristianismo dos primeiros tempos que precisa ser reescrita. Com efeito, a literatura que se passou a conhecer já era, ao menos nominalmente, conhecida, sem que se soubesse do teor dela. Afinal de contas, nas obras dos Padres da Igreja, especialmente aquelas voltadas para os grupos que eles consideravam heréticos, citam-se aqui e ali as obras lidas por tais grupos. Não surpreende, portanto que a primeira menção a um *Evangelho Segundo Judas*, escrito não encontrado em Nag Hammadi mas estreitamente vinculado a tal literatura, cujo teor foi parcialmente revelado há poucos meses, apareça exatamente na obra de Irineu de Lião *Contra as Heresias*. Entre os escritos de Nag Hammadi já conhecidos de nome, mencione-se o já citado *Evangelho Segundo Tomé* e o *Evangelho da Verdade*, atribuído ao célebre líder gnóstico Valentiniano.

Mas a novidade que essa literatura nos proporciona é a possibilidade de se tomar contato com o pensamento desses grupos taxados como heréticos por meio de seus próprios escritos, não através das citações muitas vezes enviesadas de seus detratores. Isso exatamente coloca a questão da reescrita da história cristã dos primeiros tempos. Pois por meio desses escritos os grupos responsáveis por eles emergem como personagens de carne e osso, portadores de compreensões variadas e legítimas da pessoa e mensagem de Jesus, isso num momento em que nenhuma definição doutrinária havia sido feita (lembremo-nos de que o Concílio de Nicéia, a primeira oportunidade em que uma definição dogmática foi estabelecida formalmente, data de 325, enquanto aqui estamos falando de meados do século II e inícios do século III!). Aliás, a presença de escritos como os achados em Nag Hammadi evidencia com clareza que o processo que conduziu às primeiras definições dogmáticas foi tudo menos linear, sujeito a interferências as mais variadas. Recorde-se, apenas a título de exemplo, que dos celebrados campeões da ortodoxia supostamente estabelecida de antemão, Tertuliano (cuja retórica ferina ela a desfiou contra os marcionitas, entre outros) morreu montanista e Irineu (sim, o Irineu do *Contra as Heresias*) era fervoroso milenarista!

De toda forma, os escritos de Nag Hammadi não podem, sem mais, ser descartados em nome de sua suposta heterodoxia. Essa posição, defendida muitas vezes apenas de forma implícita, deve ser denunciada, sem mais nem menos, como baseada num anacronismo inaceitável.

Mas há mais. Os escritos de Nag Hammadi complexificam, em muito, a discussão relativa à formação do Novo Testamento. Longe da simplicidade infantil de Dan Brown, que atribui a uma tacada de Constantino, no século IV, a confecção de um todo que em meados do século anterior já estava pronto, devemos nos dar conta de que a definição do cânon do Novo Testamento foi extremamente controvertida, e vários dos escritos que ora vêm à luz conviviam em pé de igualdade, quanto a sua aceitação no seio das igrejas cristãs do século II, com escritos que foram canonizados e se encontram atualmente nas Bíblias cristãs. Helmut Koester, uma das maiores autoridades contemporâneas no campo da literatura cristã dos dois primeiros séculos, inclui, em sua monumental *Introdução ao Novo Testamento*, recentemente publica-

da por Paulus Editora (São Paulo, 2005, 2v.), cerca de dez escritos achados em Nag Hammadi por ele considerados anteriores ao ano 150. Mais ainda: podem-se ainda tomar escritos como o *Diálogo do Salvador* e o já citado *Evangelho Segundo Tomé* como representantes de estágios literários anteriores a alguns dos escritos neotestamentários, como o *Evangelho Segundo João*. Assim, os escritos de Nag Hammadi obrigam a recolocar o processo de formação da literatura cristã primitiva, em seus múltiplos processos, e aí localizar o problema da formação do cânon neotestamentário.

E talvez se possa avançar mais. Ancorado especialmente no *Evangelho Segundo Tomé*, estudiosos como John D. Crossan acreditam poder (mais ainda, ser necessário) reescrever a história dos inícios cristãos, mesmo nas primeiras décadas. Com efeito, se é verdade que nesse escrito se encontram vestígios expressivos de estágios bem antigos da tradição (particularmente) dos ditos atribuídos a Jesus, então é a própria pesquisa sobre o Jesus histórico que precisa incorporar esse material a sua análise. São poucos os estudiosos que se dispõem a arriscar tanto (veja o juízo categórico de John Meier, descartando todo o material apócrifo, inclusive o de Nag Hammadi, no primeiro volume de sua monumental série *Um Judeu Marginal* [editado no Brasil pela Imago Editora]); no entanto, um mínimo de boa vontade com esse material, em relação ao qual o esquecimento (ocultamento?) posterior não deveria fazer o papel de avaliação prévia, mostra que o caminho trilhado por Crossan é promissor, embora o trilhar dele esteja ainda nos inícios e conclusões apressadas possam ser encontradas aqui e ali.

Mas o que, efetivamente, se encontra nesses escritos achados em Nag Hammadi? A edição espanhola optou, por um critério didático, em dividir o material de acordo com os gêneros literários em que as obras possam ser classificadas ou com que se apresentem. Assim sendo, alguns escritos versam sobre temas filosóficos, especialmente de teor cosmológico e antropológico. É inegável a proximidade com especulações de teor neoplatônico, que depois se reencontrariam em escritos como o de Orígenes. Para ficarmos num exemplo, o escrito *Sobre a Alma* afirma, a respeito desta, que preexistia como ente divino e caiu a este mundo inferior, precipitando-se num corpo, sendo responsável por tal situação, prostituída que está: “agora é adequado que a alma se regenere e se torne novamente como já foi antigamente” (edição brasileira, p. 173). Especulações sobre as ordens celestes e até um fragmento da *República* de Platão perfazem as obras desse teor, que ocupam quase metade dos achados de Nag Hammadi.

Os escritos mais aparentados àqueles encontrados no Novo Testamento, ao menos na forma literária, são alguns evangelhos, atos de discípulos de Jesus e cartas. Destaque seja dado aos fundamentais *Evangelho Segundo Tomé*, *Evangelho Segundo Felipe*, *Diálogo do Salvador* e *Evangelho da Verdade*, a que a edição estadunidense de 1977 (traduzida no Brasil) achou por bem (no que foi seguida pela edição espanhola) acrescentar o *Evangelho Segundo Maria (Madalena)*, que também ficou famoso ao ser usado por Dan Brown em sua desastrada argumentação em prol do casamento de Jesus. Estes evangelhos não são narrativos como os que conhecemos do Novo Testamento, e apenas dois, aquele segundo Tomé e o *Diálogo do Salvador* (junto como o segundo Maria) pretendem registrar palavras de Jesus: em Tomé a forma é, no mais das vezes, a do aforismo, introduzido por “Jesus disse”; no *Diálogo do Salvador*, como o título indica, a forma é a da conversa de Jesus com alguns de seus discípulos. Já o *Evangelho Segundo Felipe* e o *Evangelho da Verdade* são tratados reflexivos, seu tom é mais filosófico e especulativo.

Apocalipses formam boa parte do terceiro volume da edição espanhola. Entre vários escritos fundamentais aí encontrados destacamos o *Apocalipse de Pedro*, cujo caráter polemico dá bem mostras do universo em que se encontra boa parte da literatura aqui apresentada. Boa parte do texto é dedicada à crítica a vários grupos cristãos, gnósticos ou não, entre os quais se encontram aquelas pessoas “que não estão incluídas no nosso número, que se autodenominam bispos e diáconos, como se tivessem recebido suas autoridades de Deus. Elas se curvam diante do julgamento dos líderes. Essas pessoas são canais secos” (edição brasileira, p. 322).

Uma e outra edições

Se há apenas alguns anos tínhamos de recorrer a outras línguas para termos acesso ao material encontrado em Nag Hammadi, hoje nos encontramos privilegiados ao dispormos de duas versões dele. E, digamos, elas se mostram complementares (lembrando que estamos comentando a edição espanhola, de que foi feita a edição em Portugal, e a edição brasileira de Madras, tradução daquela preparada pela equipe de James Robinson).

James Robinson montou ao seu redor um grupo extremamente destacado para fazer aquela que se tornou a edição referência dos escritos de Nag Hammadi em língua moderna, isso em 1977. Trabalharam com ele gente como Helmut Koester (de quem já mencionamos uma das principais obras), Elaine Pagels (autora dos famosos *Os Evangelhos Gnósticos* [Cultrix, São Paulo, s/d], *Adão, Eva e a Serpente* [Rocco, Rio de Janeiro, 1992] e *Além de Toda Crença: o evangelho desconhecido de Tomé* [Objetiva, São Paulo, 2003]), para não falarmos de outros destacados estudiosos do cristianismo primitivo: Thomas Lambdin, George MacRae, Marvin Meyer, etc. As introduções são bastante curtas, mas, no mais das vezes, bastante arrojadas, lançando hipóteses sobre os escritos que haveriam necessariamente de ser discutidas pelos estudiosos que viriam.

Nesse sentido, a edição espanhola, surgida mais de vinte anos depois, é uma digna sucessora daquela preparada pela equipe de Robinson. No entanto muita coisa mudou, a começar do estabelecimento do texto copta, trabalho que se desenvolveu bastante após (e estimulado por) a edição inglesa da literatura de Nag Hammadi. Assim sendo, os tradutores de fala espanhola puderam contar com textos mais solidamente estabelecidos. Por exemplo, o tradutor do *Evangelho Segundo Felipe* pôde contar com a edição crítica desse livro que só saiu em 1989; e assim também em outros casos. Assim, a edição espanhola (e traduzida em Portugal) aparece mais solidamente ancorada que a edição brasileira, que, por sua vez, verte a nossa língua aquele que é o trabalho pioneiro, digno dos maiores reconhecimentos.

Por outro lado, deve-se dizer que as introduções aos livros na edição espanhola, se ganham no detalhamento, também pelo fato de condensarem uma discussão mais prolongada, enquanto a edição de Robinson, como dissemos, começava a lançar hipóteses, se mostram também bem mais cautelosas em relação às feitas para o volume saído em 1977, às quais, aliás, se fazem contínuas alusões. Isso se nota particularmente nas introduções àqueles livros mais próximos ou diretamente relacionados à literatura neotestamentária, como o *Evangelho Segundo Tomé*. É evidente o incômodo dos pesquisadores de fala espanhola com os arroubos de Robinson, Koester, Pagels

e outros, quando estes defendem para um *Evangelho Segundo Tomé* algum tipo de prioridade em relação aos evangelhos canônicos. Ramón Trevijano, responsável pela introdução ao *Evangelho Segundo Tomé* na edição espanhola, deixa isso claro ao afirmar ser “muito questionável que as linhas de tradição que não desembocaram no cânon ortodoxo possam preservar e desenvolver tradição primitiva, ao menos em aspectos realmente significativos” (v. II, p. 71). Com tal pressuposto ancorado em claro juízo de valor quanto à literatura não-ortodoxa é realmente difícil encontrar algo de relevante. Compare-se o que se acaba de ler com o que afirma Helmut Koester: “Se considerarmos a forma e o estilo dos pronunciamentos individuais, comparados com a forma em que foram preservados no Novo Testamento, o *Evangelho de Tomé* quase sempre parece ter preservado um estilo mais original do que os pronunciamentos tradicionais... ou versões atuais que estão independentemente baseadas nas formas mais originais” (edição brasileira, p. 115). Trevijano se baseia numa hipótese a ser verificada; Koester parte de uma análise de caso a caso: não é difícil avaliar qual dessas posições é mais simpática a esse resenhista.

Algumas observações conclusivas: como dissemos, a edição espanhola optou por organizar o material pelos gêneros literários (claro, de forma aproximada), enquanto a brasileira obedece à seqüência dos treze códices encontrados nas areias do Egito (com algumas ressalvas, seja a inclusão do *Evangelho Segundo Maria*, sejam textos repetidos nos códices que, obviamente, são traduzidos uma única vez). Uma introdução geral feita por Antonio Piñero e José Montserrat, que abre a edição espanhola, bem poderia constar na edição brasileira, pois, além de consistente, permitiria ao público de nosso país uma aproximação serena e cuidadosa ao tema do gnosticismo e à importância da literatura de Nag Hammadi. O que, em tempos de *O Código da Vinci* e outros escritos de natureza no mínimo duvidosa, seria altamente recomendável. De toda forma, a introdução de James Robinson, embora mais condensada, com menos detalhes, é plenamente esclarecedora.

A lamentar, na edição brasileira, uma certa pressa que transparece: um trabalho cuidadoso de revisão evitaria que tantas vezes aparecesse a palavra “biblioteca” (pp. 9, 10, 11, etc.), bem como outros erros de digitação. Também não se entende muito por que as abreviações dos livros, na tabela à p. 13, apareçam em inglês. Também a inscrição que aparece na capa (“a tradução completa das escrituras gnósticas”) soa no mínimo imprecisa: a tradução que ora se oferece é da totalidade dos escritos achados em Nag Hammadi. Mas a literatura gnóstica é mais ampla que esses escritos. E na quarta capa o “bispo de Alexandria” que teria dado a ordem para que todos os documentos tidos como heréticos fossem destruídos deve ser Atanásio. Mas ele não é do século II, e sim do IV...

Uma precisão maior na indicação dos títulos seria conveniente (isso vale também para a edição espanhola): por que chamar *Evangelho de Tomé* a um texto que se apresenta como *Evangelho Segundo Tomé*? Cuidados como esse impediriam que um periódico com ares de respeitabilidade como *The National Geographic* atribuísse, recentemente, a Judas aquilo que é, nem mais nem menos, o *Evangelho Segundo Judas*...

Tais ressalvas que ora fazemos não querem ocultar o entusiasmo que sentimos ao, finalmente, dispormos desse material em edições que, percebemos, soam em muitos aspectos complementares. É a história e a compreensão do Cristianismo em seus primeiros tempos, principalmente de grupos que circunstâncias históricas, de política eclesíastica e outras, fizeram desaparecer, que tem a ganhar.

RECENSÕES

- **RELIGIÕES**
HISTÓRIA, TEXTOS, TRADIÇÕES
Vv. Aa.
 Edição: Religare/Paulinas Editora
 Lisboa, 2006, 880 páginas
-

A presente obra mostra ao leitor mais entendido em História das Religiões uma panorâmica das grandes religiões actuais: Hinduísmo, Budismo, Cristianismo, Islamismo e Fé Bahá'í. No entanto, a presente obra poderá também ser útil para o grande público acicatado por um pouco de curiosidade acerca das religiões que andam nas bocas do mundo ou de que ouve falar nos meios de comunicação social.

Numa primeira parte aborda-se cada uma destas religiões, tendo em conta a sua história, princípios teológicos, locais centrais, movimentos e grupos religiosos internos, assim como a incidência de cada uma delas em Portugal (pp. 40-225). Na segunda parte apresenta-se uma selecção dos principais Textos Sagrados das religiões mencionadas (pp. 233-668). Na terceira parte aborda-se a temática da Espiritualidade e Mística de cada uma destas religiões: orações, etc. (pp. 669-768). Finalmente, na quarta parte, apresenta-se a "Sabedoria Antiga" destas religiões (pp. 769-865). O livro fecha com abundantes "referências bibliográficas" sobre cada uma das religiões tratadas (pp. 869-879).

A obra integra-se no projecto da RE-

LIGARE - Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões, sob a Presidência do Conselho de Ministros - elaborado e executado em parceria com Paulinas Editora. Esta última instituição socorreu-se de representantes de cada uma das religiões ou de peritos em determinada matéria para a elaboração da obra.

O objectivo deste livro é bem claro: num mundo conturbado por factores de toda a ordem, o factor religioso é determinante, em grande parte, para a solução de certos problemas, a nível local ou universal. Por isso, nada melhor que um conhecimento aprofundado da "filosofia" de cada religião, para poder ajuizar objectivamente determinados fenómenos da sociedade actual. Poderíamos dizer que este livro se insere no "Espírito de Assis", no diálogo inter-religioso, como condição para a paz, proposto pelo saudoso Papa João Paulo II. Este livro poderá, pois, dar um grande contributo para a compreensão do outro como sujeito-religioso e, a partir deste pressuposto, para a salvação da pessoa humana, tão degradada nos seus direitos humanos e espirituais. De facto, muitos dos conflitos actuais poderiam resolver-se, também, pelo diálogo religioso, em muitas partes do mundo. Além disso, as religiões são certamente o grande património da Humanidade. Em cada uma delas, o Deus da Vida manifesta um pouco da sua vontade sobre cada homem e sobre cada tipo social.

Um livro desta temática e desta profundidade tem pleno cabimento na sociedade portuguesa e não deixa mal a nossa cultura. Um outro valor desta obra reside no facto de esclarecer o fenómeno religioso; pois, no meio de tanta

confusão, há também muita confusão religiosa. O melhor meio de a evitar é a informação; sobretudo quando diferentes religiões coabitam no mesmo espaço geográfico e cultural.

Herculano Alves

• O ISLÃO NA EUROPA

Maria do Céu Pinto (coord.)

Edição: Prefácio

Lisboa, 2006 (215 pp. + fotografias)

O Islão está na moda! É uma constatação que se impõe ao passar em revista os escaparates das livrarias ostentando as novidades editoriais. Na sua esmagadora maioria trata-se de traduções de obras de autores estrangeiros dado que em Portugal a problemática árabe-islâmica, apesar de se relacionar também com uma parcela da identidade nacional, tanto do passado como do presente, tem suscitado uma abordagem pouco significativa desses temas. A oferta bastante diversificada do mercado livreiro reflecte antes o fenómeno da pertença institucional a um espaço comum europeu que envolveu o país, estado membro da CEE (desde 1986) e, actualmente da UE, nas políticas externas comuns face ao mundo árabe-islâmico e igualmente face aos problemas internos desse mesmo espaço onde a presença islâmica constitui, há longas décadas, uma presença numericamente palpável. Simultaneamente a oferta e procura dessas obras decorre da conjuntura internacional actual que necessariamente nos faz interrogar sobre o Islão nos seus diversos aspectos.

Neste panorama, é pois de saudar o aparecimento de um trabalho de autores nacionais que acabam de apresentar um volume dedicado a um tema de actualidade: “*O Islão na Europa*”. Este trabalho compõe-se da introdução “De

Emigrantes Árabes ao Islão Europeu” (pp. 11-16) e da conclusão “Dinâmicas e Tensões da presença Islâmica na Europa” (pp. 199-203), ambas da autoria da coordenadora do presente volume, mais 10 capítulos, escritos por outros colaboradores, que constituem ensaios referentes aos casos de França (pp. 17-34), Alemanha (pp. 35-50), Grã-Bretanha (pp. 51-70), Itália (pp. 71-84), Bélgica (pp. 85-101), Holanda (pp. 103-119), Escandinávia (pp. 121-135), Espanha (pp. 137-153), Portugal (pp. 155-174) e Balcãs (pp. 175-197).

O livro apresenta diversas comunidades de Muçulmanos na Europa, seguindo um modelo bastante uniforme aplicado aos casos estudados, historicando as origens dessas comunidades e a sua evolução. Refere vários modelos de integração, descreve legislação em vigor e as relações entre o estado e as respectivas comunidades e associações islâmicas. Aponta para a radicalização de algumas franjas dessas comunidades devido à conjuntura internacional, o que fomenta “*o receio de muitos Europeus [...] que estas comunidades se tornem [...] na “quinta coluna” que vai minar a Europa a partir do seu interior*” (p. 11), o que em muitas circunstâncias já se traduz pela intensificação de atitudes xenófobas e/ou racistas por parte dos Europeus.

O volume de informação facultada é considerável, embora não explore plenamente a bibliografia citada, aliás incompleta, inclusive no que diz respeito às publicações portuguesas, sendo estruturado de uma forma demasiado

descritiva em detrimento da problematização e de uma análise aprofundada.

Há questões que o livro em apreço levanta sem as clarificar. A começar pelo título, não se compreende qual Europa está em causa, se a comunitária, se a geográfica ou uma outra qualquer. Não se encontram referenciados casos singulares no quadro do Islão europeu como o das comunidades de Muçulmanos da Polónia e da Lituânia (sendo ambos países membros da UE), que remontam ao século XIV, e que foram não só as únicas integradas, já naquele tempo, como ainda as únicas que gozavam de privilégios especiais, além de, também na actualidade, apresentarem características particulares. Igualmente incompreensível afigura-se o título da introdução *“De Imigrantes Árabes ao Islão Europeu”*, porquanto este último é composto por Muçulmanos das mais diversas origens étnicas e em proporções igualmente consideráveis.

A narrativa da presença islâmica na Europa resume-se aos imigrantes que permaneceram: *“Não se imaginava que o Islão viesse a tornar-se parte integrante da paisagem cultural e religiosa e que os Muçulmanos reclamariam um lugar legítimo no espaço europeu”* (p. 199). Comentando algumas questões controversas (caso de S. Rushdi ou a questão do véu), observa-se que: *“estas comunidades [de Muçulmanos] estavam a sair da sua posição de passividade e de invisibilidade para marcar uma posição e, até mesmo, para desafiar as sociedades de acolhimento”* (p. 199). Na parte conclusiva, afirma-se: *“O quadro das relações entre os Europeus e as minorias muçulmanas não se alterou substancialmente com o passar do tempo e das gerações: continuam pobres, pouco instruídos e marginalizados”* (p. 201). Esta mesma afirmação está patente na descrição do caso britânico (p. 68). Muito embora esta afir-

mação se possa aplicar a uma parte das minorias muçulmanas, ela não toma em conta a evolução ocorrida e em curso, sendo o caso português elucidativo a esse respeito. É de lamentar que se ignore a existência de elites muçulmanas, dos debates que ocorrem no seu seio sobre o devir do Islão, da produção intelectual dessas mesmas elites com ressonância também nos países islâmicos. Mencionemos Mohammad Arkoun, Fawzia Al-Ashmawi, Tariq Ramadan, Ziauddin Sardar, Abdelwahab Meddeb ou Rachid Benzine, sendo estes três últimos acessíveis, mesmo em traduções portuguesas (2003 e 2005).

O livro, escrito sob o impacto de trágicos acontecimentos (2001, 2003, 2005), representa uma clara perspectiva securitária, reflectindo as inerentes preocupações: *“O problema coloca-se desde logo demograficamente: daqui a 30 anos, 20% da população europeia será muçulmana. Os ressentimentos locais que em vários sítios alimentaram os radicalismos e as jihads globais não estão a ser convenientemente abordados pelos países europeus”* (p. 203).

Com essa conclusão, os autores, queremos crer que involuntariamente, acabam por subscrever uma perspectiva perigosa do espectro da inevitabilidade (?) do *“clash of civilizations”* (Huntington, 1993 e 1996) ou mais precisamente *“clash of ignorancies”* (Daftary, 2006). Do quanto ainda fica por fazer neste domínio, pode ser apreendido pela decisão tomada pelo Parlamento e Conselho Europeus ao proclamarem o ano de 2008 como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural visando um melhor conhecimento mútuo das culturas não só dos estados membros da UE e dos estados candidatos à integração, mas igualmente de todas as minorias que habitam na Europa seja na qualidade de cidadãos seja na qualidade de imigrantes.

Em anexo à publicação perfilam-se

várias fotografias, algumas alusivas ao património islâmico peninsular. Diz-se que uma imagem vale mil palavras. Contudo, em vez de proporcionarem uma visão que realce a complexidade e diversidade da presença islâmica na Europa, estas imagens, pobres e repetitivas, reduzem o Islão actual na Europa aos aspectos “folclóricos” dos subúrbios. As legendas das imagens incluídas são pouco cuidadas e demasiado vagas para transmitirem uma informação coerente.

Um outro aspecto ainda merece uma reflexão. Trata-se da terminologia e conceptualização inerentes à problemática abordada. A intenção de aproximar do leitor ocidental as realidades islâmicas recorrendo a associações que lhe são familiares é compreensível, todavia, a utilização de terminologia alheia a esta cultura como “paróquia” (p. 112) ou “clérigo” (p. 67) afigura-se inadequada. A definição apresentada de alguns conceitos, dos quais a mais flagrante é a de sufismo (p. 27!) deveria pautar-se pelo rigor

científico. Note-se ainda, que a língua portuguesa, cristalizou, há muito, certos termos, como por exemplo “xiita” e “xiismo”, pelo que se torna descabido “grafar” “chiita” ou “chiismo” (pp. 29, 43, 123, 125, 170).

Na apreciação global, esta publicação não deixa de ser um sinal muito positivo da visibilidade da universidade, visto tratar-se duma equipe de jovens da Universidade do Minho que assim contradiz o crónico défice desses estudos em Portugal e que deverá encorajar outros investigadores a continuarem a trabalhar para uma melhor compreensão dos problemas e da sua adequada avaliação, coadjuvando o complexo processo decisório. A finalizar, formularia um desiderato: que Muçulmanos portugueses juntassem a sua voz à academia, proporcionando um conhecimento directo que oferecesse uma visão complementar e quiçá mais exacta, porque liberta dos preconceitos inerentes ao mais isento olhar exterior.

Eva-Maria von Kemnitz



Normas, critérios editoriais e condições de assinatura

A responsabilidade editorial deste projecto é do Centro de Estudos em Ciência das Religiões e da Licenciatura em Ciência das Religiões, ambos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Objectivos da Revista

A *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* é uma publicação científica (bianaual) que tem como objectivo prioritário a edição de trabalhos de investigação no domínio da Ciência das Religiões.

A este objectivo primeiro, deve juntar-se a vontade de contribuir para a formação, em Portugal, de uma comunidade científica neste domínio. Tendo em conta que este campo científico se tem esboçado, no nosso país, na figura de esforços fragmentados, com uma débil inscrição institucional, esta publicação assume com clareza a vontade de contribuir para a construção de um espaço onde investigadores, bem como outros actores sociais que experimentam a importância actual do estudo científico do fenómeno religioso, se possam reconhecer.

(Da «Nota de Abertura» do n. 1 - 2002)

Acreditações e indexações internacionais

A *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* está acreditada e indexada nas seguintes instituições: RED ALYC - Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, sediada no México (<http://redalyc.uaemex.mx/reda>

[lyc/index.jsp](#)); **SISTEMA LATINDEX** – Sistema Regional de Informação *on-line* para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Em Portugal, com coordenação da FCT (<http://www.latindex.unam.mc>); **PLATAFORMA SCIELO** – Scientific Electronic Library Online. Em Portugal, com coordenação do OCES (Observatório da Ciência e do Ensino Superior (<http://www.scielo.oces.mctes.pt/>)); **CREDI-OEI** – Centro de Documentação da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e a Biblioteca Digital (<http://www.oei.es/>); **IBSS** – The essential online bibliography for social science and interdisciplinary research – *produced by the London School of Economics and Political Science* (<http://www.lse.ac.uk/collections/IBSS/>); **CSA** specializes in publishing and distributing, in print and electronically, in four primary editorial areas: natural sciences, social sciences, arts & humanities, and technology (<http://www.csa.com/aboutcsa/company.php>); **THOMSON ISI** – Thomson Scientific, formerly known as Thomson ISI, has been na established leader in providing access to high-value, essential information for researchers and scholars worldwide for over 45 years (<http://www.isinet.com>); **BIBLIO SHS** – Portal desenvolvido pelo INIST, primeiro centro europeu integrado de informação científica e técnicas, no âmbito do CNRS francês (<http://biblioshs.inist.fr/>).

Instruções aos Autores

Os trabalhos enviados para edição à *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* devem ser inéditos e não podem ser publicados ou submetidos à publicação em outra revista, simultaneamente.

A revista publica trabalhos de investigação científica, artigos, dissertações, notas de leitura, resenhas e informações bibliográficas.

Envio à Direcção de trabalhos originais

O Conselho de Direcção aceita como pressuposto que qualquer trabalho recebido para publicação esteja aprovado por todos os seus autores e/ou pela Instituição onde foi realizado. Este, deve ser encaminhado ao cuidado da Direcção da RLCR, por carta, assinada por todos os autores, ou por via electrónica, com remetente registado e reconhecido, para o seguinte endereço:

DIRECÇÃO DA
REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES
Centro de Estudos em Ciência das Religiões
UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
Avenida do Campo Grande, n.º 376
1749-024 LISBOA
Tel: (351) 217515500 // Fax: (351) 217577006
e-mail: paulopinto@fl.ul.pt

Crítérios a respeitar na apresentação dos originais

Os originais devem ser remetidos em duas vias (os enviados via CTT), acompanhados da respectiva disquete ou CD, em Word for Windows, e digitados com espaço duplo, em papel de formato A4, fonte Times New Roman, corpo de letra 12; as páginas devem ser numeradas sequencialmente, inclusive as que contenham quadros e ilustrações (no caso das ilustrações ou imagens, estas devem também acompanhar o ficheiro e ter 300 dpi de resolução mínima).

Artigo Científico e de Dissertação: máximo de 25 páginas, incluindo quadros e figuras.

Nota de leitura, Recensão ou Informação bibliográfica: máximo de 5 páginas.

A *Página de Rosto* de cada artigo deve conter: Título, Nome do/s autor/es; Cargo profissional ou competência académica do/s autor/es, mencionando Departamento/Instituição a que está ligado (cidade e país, se natural ou residente no estrangeiro); E-mail; Endereço; Telefone; Número total de páginas do trabalho, de quadros e figuras.

Estrutura do artigo

- a) *Título*
- b) *Autor/es* (cargos, competências, instituições).
- c) *Resumo/Abstract* e *palavras-chave/key words* (no máximo 250 palavras) em português. Deve incluir as razões e objectivos da investigação, como foi feita, resultados mais importantes e conclusões.
- d) *Corpo textual*.
- e) *Agradecimentos* (se ocorrer).
- f) *Referências Bibliográficas*.

Quando o artigo for apresentado em língua estrangeira, o título, resumo e palavras-chave deverão também ser feitos em português. A Nota de leitura, Recensão e Informação bibliográfica não precisam de seguir essa subdivisão. Iniciar sempre uma nova página para as seguintes secções ou itens: Referências Bibliográficas; Quadro com o título e legenda; Imagem com título e/ou legenda.

Citações no texto: as citações de autores no texto devem ser em letras maiúsculas (VERSALETE), seguidas do ano de publicação. Para dois autores, usar *e* ou *and* se o texto for em inglês. Havendo mais de dois autores, citar o sobrenome do primeiro, seguido de *et al.* Ex.: STEEL e TORRIE (1980) ou (STEEL e TORRIE, 1980). HAAG *et al.* (1992) ou (HAAG *et al.*, 1992). Mais de um artigo dos mesmos autores, no mesmo ano, devem ser discriminados com letras minúsculas: HAAG *et al.* (1992a,b). Comunicações pessoais, trabalhos ou relatórios não publicados devem ser citados no rodapé, não devendo aparecer nas referências bibliográficas.

Referências Bibliográficas: devem ser normalizadas segundo a NP 405-1 (1994) da Norma Portuguesa [corresp. ISO 690 (1987), homolog. DR, 3.^a série, n. 128 (1994-06-03)], estar em ordem alfabética de autores e, dentro desta, em ordem cronológica de trabalhos; havendo dois ou mais autores, separá-los por ponto e vírgula; os títu-

los dos periódicos devem ser escritos por extenso, em itálico; incluir apenas os trabalhos citados no texto, tabelas e/ou figuras, na seguinte forma:

a) Periódicos

Sobrenome, Nome (pode ser abreviado, se não prejudicar identificação); Título do artigo (entre aspas); Título do periódico (em *itálico*); Local de publicação (cidade); Número do volume (v.); Número do fascículo (n.); Páginas inicial e final (pp. xxx-xxx); Ano de publicação.

DE LIBERAL, Márcia Mello Costa, «Religião, negociação e a prática da não-violência – uma análise bíblica e sua representação social para os dias actuais», in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, Lisboa, nn. 7/8, pp. 161-171, 2.º semestre 2005.

b) Livros e Folhetos

Sobrenome, Nome (pode ser abreviado, se não prejudicar identificação); Título (em *itálico*); Subtítulo; Edição; Local de publicação (cidade); Editora; Data; Número de páginas ou volumes; Título da série/colecção e número.

NEVES, Fernando dos Santos, *Do Ecumenismo Cristão ao Ecumenismo Universal*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2005, 232 pp.

c) Dissertações e Teses

Sobrenome, Nome (pode ser abreviado, se não prejudicar identificação); Título (em *itálico*); Subtítulo; Local de publicação (cidade); Data; Número de páginas; Dissertação ou Tese (Curso), nome da instituição universitária.

FIGUEIRA, Eulálio Avelino Pereira, *A Religião na Contingência e Solidariedade*. A experiência humana do sagrado para o fazer ciência da religião. Um estudo à luz do pensamento pragmático de Richard Rorty, São Paulo (Brasil), 11-06-2004. Tese de Doutoramento em Ciências da Religião. Universidade Católica de São Paulo.

Quadros: contêm título, cabeçalho, conteúdo e elementos complementares (fonte, notas e chamadas). Devem ser apresentados em folhas separadas e numerados com algarismos árabes. Não usar linhas verticais; as horizontais devem separar o título do cabeçalho, o cabeçalho do conteúdo e o conteúdo, dos elementos complementares. O título do quadro deve ser auto-explicativo, prescindindo de consulta ao texto.

Figuras: gráficos, desenhos, mapas e fotografias aparecem no texto como figuras. Devem ser numeradas com algarismos árabes e ter título auto-explicativo. Indicar o local da inserção das figuras no texto. As fotografias devem ser remetidas em papel fotográfico ou suporte digital (300 dpi). Figuras elaboradas electronicamente devem vir acompanhadas de seus arquivos originais (um arquivo para cada figura). Para outras figuras, enviar o original ou fotocópia de boa qualidade. Não inserir quaisquer figuras no texto (deve unicamente ser indicado o seu local de inserção).

Separatas: De cada artigo publicado serão enviadas em formato PDF as respectivas páginas (tal como estão sequenciadas na Revista e com a correspondente numeração).

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Nome _____

Instituição _____

Morada _____

Ano de 2006: 18 euros (volume duplo)

Números antigos (10 euros cada):

n. 1 (esgotado); n. 2; n. 3/4; n. 5/6 (esgotado); n. 7/8

Enviar (com o pagamento à ordem de COFAC) para:

REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Campo Grande, 376

1749-024 Lisboa-Portugal